

O lugar social da licenciatura

Lizete Scalzilli da Silveira*

Resumo

O artigo relata resultados de uma pesquisa sobre a opção de um grupo de estudantes pela Licenciatura em História. Organiza-se em sete seções: a 1ª focaliza a problematização em torno da escolha da Licenciatura que deu origem à pesquisa; a 2ª apresenta a amostra de licenciandos estudada; a 3ª caracteriza a origem social, o nível de escolaridade e a natureza do patrimônio cultural das famílias desses licenciandos; a 4ª identifica os projetos de escolarização elaborados e as estratégias escolares utilizadas por seus pais; a 5ª descreve as suas trajetórias escolares; a 6ª levanta o significado social da carreira docente para os licenciandos, articulando a sua origem social, as suas perspectivas de atuação docente e o valor social atual do magistério; a 7ª e última seção discute o estudo das condições socioprofissionais da docência.

Palavras-chaves

Licenciatura, Profissão de docente, Trajetórias escolares, Projetos de escolarização de famílias

Abstract

The article in question presents the results of a research focusing college history students concerning their option for a teaching major. The article is organized in seven sections: the first points out the discussion of the student's option for a teaching major in History; the second shows a profile of the students surveyed; the third reviews their family social origins, academic achievement level and cultural background; the fourth identifies their parents' projects towards their education; the fifth describes their school life; the sixth brings out the social significance of a teaching position as a life long career and the present social value of teaching; the seventh and last section discusses the social and professional conditions in a teaching career.

Keywords

Teaching major, Teaching as a profession, School lives, Planning on family schooling

* Faculdade de Formação de Professores - FFP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professora Assistente, Mestre em Educação

Este texto propõe algumas reflexões sobre a escolha da Licenciatura, como curso superior de formação profissional, e o prestígio/desprestígio social atual do magistério. Nesse sentido, é relatado aqui o significado social da carreira docente para um grupo de licenciandos.

Este trabalho foi desenvolvido dentro da Pesquisa "A opção pela Licenciatura em História: um estudo exploratório", na qual foram coletados depoimentos orais de dezoito alunos¹ de um curso de Licenciatura Plena em História de uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. As análises desses depoimentos foram construídas em torno da seguinte questão: o que predispôs esses alunos a realizar um curso superior de formação de professores, face à atual desvalorização profissional do magistério?

O problema

No cenário atual da pesquisa educacional brasileira, diversos trabalhos sobre os profissionais do ensino têm indicado que a categoria docente é, hoje, predominantemente originária das classes populares e médias menos favorecidas.

Ao focalizar a atual estrutura de classes sociais do professorado paulista de 1ª e 2ª graus, ABRAMO (1986) afirma que o magistério significa um movimento de ascensão social para os professores originários das classes médias baixas e populares e uma "saída de inserção na vida social" para os professores originários das classes médias altas que sofreram "um processo de mobilidade social vertical descendente".

Pode-se, portanto, presumir que os jovens procedentes dessas camadas sociais tendem a ingressar na carreira docente movidos pelo desejo de ascender socialmente ou de preservar certas prerrogativas próprias das classes sociais mais favorecidas.

Por outro lado, apoiados na noção bourdieuniana de uma hereditariedade social, diversos estudos no campo da Sociologia da Educação vêm demonstrando que os destinos escolares e as esco-

lhas profissionais dos indivíduos trazem a marca do lugar que eles ocupam na sociedade e das expectativas e comportamentos de suas famílias em relação ao universo escolar.

BOURDIEU (1989, p.8) é bem claro ao demonstrar a influência objetiva do pertencimento social e das disposições familiares sobre o destino dos indivíduos.

Diz ele:

"As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pai ou crianças, e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição de classe."

À base desse referencial teórico e diante da desqualificação do trabalho docente e do espaço que a mídia tem dado à sua divulgação, essa pesquisa teve como ponto de partida uma curiosidade acerca das seguintes questões:

Se o curso superior representa uma forma de promoção social e esses alunos não desconhecem a realidade da profissão de docente, por que se interessaram por um curso de Licenciatura?

Como esses alunos vêm de um processo de escolarização construído, na interação do seu meio social com as relações que suas famílias mantêm com a escola, não estarão nele muitos dos fatores explicativos dessa opção aparentemente contraditória?

Assim, situada no âmbito mais geral dessas perguntas, com o propósito de explorar, de forma preliminar, alguns de seus aspectos e apontar suas especificidades, e apoiada na abordagem etnográfica, a pesquisa em questão caminhou no sentido de identificar alguns fatores dos meios sociais e familiares dos alunos investigados que concorreram para a sua opção pela Licenciatura em História e o lugar que o magistério ocupa nos seus horizontes profissionais e sociais.

¹ Ao longo deste trabalho, a palavra aluno(s) tem como referente discentes não só do sexo masculino, mas também do sexo feminino. Em determinadas passagens, no entanto, enfoco aluno(s) e aluna(s), ocasiões em que o gênero masculino da palavra se refere às pessoas do sexo masculino, o que o leitor facilmente depreenderá do contexto em que está inserida a palavra.

O contexto e a amostra

Os sujeitos pesquisados pertencem ao quadro discente do curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de Formação de Professores, unidade regional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, localizada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

Essa faculdade oferece os cursos de Licenciatura Plena em Letras (com as habilitações em Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa, Língua Portuguesa e Língua Inglesa), em Biologia, em Matemática, em Geografia e em História, e os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa e em História.

Como unidade regional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, essa instituição detém uma autonomia relativa. A diretoria eleita pela comunidade acadêmica que divide essa atribuição de administrar com as chefias dos departamentos dos cursos, tem a competência de coordenar os seus cursos, elaborar e orientar seus currículos e dispor de seus recursos materiais.

A faculdade funciona em dois turnos, tarde e noite, e todos os seus cursos têm uma duração mínima de quatro anos, ao final dos quais o aluno é habilitado a trabalhar com o magistério de 1º e 2º graus. Não oferece o bacharelado e apenas os cursos de Letras e de História possuem programas de pós-graduação. A maior parte do seu corpo docente é formada por Mestres e Doutores e desenvolve atividades de pesquisa. Seu currículo pleno tem sido orientado ultimamente para a formação profissional do estudante como professor-pesquisador.

Segundo informações obtidas junto à secretaria da faculdade, o curso de História possuía, no ano de 1996, 285 alunos na "situação de ativos", expressão que significa sua regularidade diante das exigências formais de comparecimento para inscrição em disciplinas.

O estudo dos alunos desse curso incidiu sobre uma amostra assim constituída: 40 alunos iniciantes, divididos igualmente em 20 mulheres e 20 homens, e 31

alunos concluintes, divididos em 12 mulheres e 19 homens, totalizando 71 alunos.²

Para a coleta de dados, inicialmente, foi utilizado o questionário para a população de 71 alunos da amostra. Através do exame dos dados sobre a vida familiar e escolar dos alunos colhidos pelo questionário, foi identificado a sua origem social, utilizando como referência a profissão paterna,³ e delimitados quais os aspectos deveriam ser submetidos a uma exploração mais intensiva, a ser realizada por entrevistas.

Com apoio nesta exploração preliminar, foram selecionados 18 alunos participantes da população a que o questionário fora aplicado e, por meio da entrevista, foram levantadas, de forma mais acurada, as seguintes dimensões da sua vida escolar e familiar: o nível escolar e a natureza do patrimônio cultural de seus grupos familiares, os projetos de escolarização elaborados e as estratégias escolares utilizadas por seus pais, o desenrolar de suas trajetórias escolares e os seus projetos pessoais de vida profissional.

Estes licenciandos, quem são eles?

Origem social e familiar

Da população entrevistada, oito alunos (quatro mulheres e quatro homens) pertencem às classes médias e dez alunos (cinco mulheres e cinco homens) pertencem às classes populares.⁴

Os avós dos alunos das classes médias, em sua maior parte, eram originários de centros urbanos fluminenses e nordestinos, exerciam atividades remuneradas no secundário e no terciário e mantinham uma relação positiva com a escolaridade dos filhos. Nessas famílias foram menos frequentes as interrupções da escolarização para colocar precocemente os filhos no mercado de trabalho e os graus de escolaridade dos pais do aluno são mais elevados.

Já os avós dos alunos das classes populares, predominantemente, viviam em regiões do interior fluminense, nor-

² Os alunos iniciantes ingressaram no curso durante o ano de 1996 e os alunos concluintes ingressaram no curso durante o ano de 1993. Para essa pesquisa, foi estabelecida, prévia e aleatoriamente, a realização de uma consulta a 80 alunos, 40 iniciantes e 40 concluintes, obedecendo a um equilíbrio de representatividade, em cada grupo, de 50% de mulheres e de 50% de homens. No entanto, um conjunto de fatores exigiu algumas mudanças quanto à definição da população de concluintes. Para esse grupo, a fixação do número de 40 alunos e a proporção equilibrada do gênero foram abandonadas em favor do número de alunos e da divisão por sexo originais que constituíam a sua realidade.

³ As ocupações não-manuais (assalariadas ou não) definiram as classes médias e as ocupações manuais definiram as classes populares.

⁴ Essa diferença numérica entre os alunos entrevistados de cada classe social reflete a majoritariedade que as classes populares assumiram na classificação social da amostra. Dentre os 71 alunos que responderam ao questionário, 38% são procedentes das classes médias e 62% são procedentes das classes populares.

destino e mineiro, exerciam atividades remuneradas no primário e mantinham uma relação negativa com a escolaridade dos filhos. Nessas famílias, foram mais freqüentes as interrupções da escolarização, o ingresso precoce dos filhos no mercado de trabalho e os pais dos alunos apresentam graus mais baixos de escolaridade.

As profissões dos avós apresentam uma composição variada. Nas classes médias, operários da indústria, estivador, motorista, bancário, contador e jornalista, e nas classes populares, trabalhadores rurais, feirante, pescador, pedreiro e mestre de obras.

Em relação aos depoimentos sobre a escolaridade dos avós, o que predomina é o nível básico do ensino. Nas classes médias, 25% dos avós apresentam uma escolaridade equivalente à do atual 2º grau e 75% dos avós apresentam uma escolaridade equivalente à das séries iniciais do 1º grau, e, nas classes populares, a totalidade dos avós divide-se entre a escolaridade equivalente à das atuais séries iniciais do 1º grau (60%), o analfabetismo (20%) e a total desinformação do aluno quanto à sua escolaridade (20%).

As famílias nucleares dos alunos entrevistados, de ambas as classes sociais, predominantemente, residem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.⁵ Apenas a família de uma aluna das classes médias vive no interior do estado. Dentre as demais famílias dos alunos dessas classes sociais, duas moram em bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro, quatro moram em subúrbios cariocas e uma mora no município de São Gonçalo. Nas classes populares, seis famílias residem no município de São Gonçalo, duas residem na zona norte da cidade de Niterói e duas residem em subúrbios cariocas.

Portanto, tendo em vista as suas possibilidades de acesso a bens econômicos, culturais e educacionais, a quase totalidade dos alunos vive em centros urbanos integrados à cidade do Rio de Janeiro, a qual conta com uma significativa infra-estrutura econômica e é tradicionalmente um centro nacional de repercussão política e cultural.

O quadro das profissões dos pais dos alunos apresenta a seguinte configuração: nas classes médias, auxiliar administrativo, pequeno comerciante estabelecido em centro comercial urbano, bancários, corretor, advogado e jornalista, e, nas classes populares, operários da indústria, pedreiros, motorista, vigia e mensageiros.

Em geral, as mães dos alunos entrevistados dedicam-se exclusivamente às tarefas domésticas. Dentre elas, nas classes médias, apenas duas atingiram o nível superior e exercem as atividades de pedagoga e professora do ensino médio, e outras duas assumiram a profissão de secretária. Nas classes populares, somente duas exercem atividades remuneradas, uma assumiu a ocupação de costureira e outra, a de servente.

No que concerne à escolaridade dos pais, nas classes médias predomina o 2º grau do ensino, mas há um pai e duas mães que possuem curso superior completo (Direito, Pedagogia e Licenciatura Plena em Letras, respectivamente). Entre os pais dos alunos das classes populares, predomina a escolaridade de nível básico, equivalente à das atuais séries iniciais do 1º grau. Apenas os pais de três alunos apresentam o grau médio do ensino.

Da origem social e familiar depende-se que os alunos entrevistados aglutinam três ordens de famílias:

A primeira integra 37.5% dos alunos das classes médias, cujos avós exerciam as atividades de jornalista, bancário e contador, dentre os quais dois possuíam escolaridade de nível médio, o que confere a seus pais uma origem social intermediária, a qual conservaram. São famílias já com uma certa "tradição" de classes médias.

A segunda integra 62.5% dos alunos das classes médias, cujos avós possuíam baixos níveis de escolaridade e exerciam atividades manuais, situando-se nas classes populares, e os pais sofreram um processo de mobilidade escolar e social ascendente, adquirindo o grau médio, e, em um caso, o grau superior do ensino, e exercendo atividades não-manuais compatíveis com os seus graus

⁵ Nas palavras de Nilo Sérgio Modesto (1995:30), "A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é formada atualmente pelos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Magé, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Itaguaí, Mangaratiba e Paracambi, além de mais três municípios recentemente criados por força de lei estadual: Guapimirim, Queimados e Belford Roxo. ...O Estado do Rio de Janeiro reflete com grande nitidez o caráter de espaço desigualmente desenvolvido, concentrando capital, infra-estrutura e força de trabalho, majoritariamente na Região Metropolitana."

de escolaridade. São famílias com passagem recente das classes populares para as classes médias.

A terceira integra a totalidade dos alunos das classes populares, cujos avós possuíam baixos níveis de escolaridade e exerciam atividades manuais, os quais os pais reproduziram, mantendo a sua baixa posição social de origem. São famílias de origem social marcadamente popular.

Patrimônio cultural familiar

De acordo com os depoimentos, em relação aos bens e hábitos culturais das famílias, os alunos entrevistados dividem-se em dois grupos: um é formado por 37.5% dos alunos originários das classes médias, os quais possuem um significativo acervo literário em casa e cujos pais adquiriram preferências e costumes culturais eruditos (a frequência a cinemas, teatros e museus e o gosto pela música clássica) e são habituais leitores de obras literárias.

O outro é formado por 62.5% dos alunos das classes médias e pela totalidade dos alunos das classes populares, os quais possuem um reduzido acervo literário doméstico, quando não inexistente, e cujos pais têm preferências e hábitos culturais de natureza popular (os programas de entretenimento televisionados e o gosto pela música popular). Dentre este grupo, os pais dos alunos das classes médias distinguem-se apenas pelo fato de ler livros de ficção e jornais e revistas com uma frequência um pouco maior que os pais dos alunos das classes populares.

Em correlação à origem social, a análise do patrimônio cultural familiar dos alunos revelou que apenas os pais de três alunos das classes médias (37.5%), dentre os quais dois provêm de famílias já com uma certa "tradição" de classe média e um é originário de uma família das classes populares, possuem um considerável acervo literário particular e adquiriram e cultivam hábitos culturais eruditos.

BOURDIEU (1989) ressalta a influência positiva e objetiva que os gostos e hábitos culturais eruditos, adquiridos pelos filhos no meio familiar, exercem

sobre o sucesso escolar. Segundo afirma, as famílias provenientes dos meios sociais mais favorecidos mantêm uma intensa relação com as artes — isto é, freqüentam regularmente museus, teatros, concertos, cinemas — e com a língua "cultura", e, através dessa relação, transmitem a seus filhos espontaneamente uma rica e extensa cultura erudita. A aquisição e domínio desse tipo de cultura confere aos filhos dessas famílias maiores chances de sucesso escolar.

Partindo dessa noção, a qual nos remete a uma estreita ligação entre o pertencimento social, o legado cultural familiar e o sucesso escolar, observa-se que a relação entre a escolaridade, a origem social e os bens e hábitos culturais das famílias dos alunos entrevistados apresenta duas tendências:

A primeira é a de que o êxito escolar de 37.5% dos alunos das classes médias, notadamente daqueles favorecidos pelo pertencimento familiar mais longo nessas classes sociais, pode estar associado à influência positiva que o patrimônio cultural de natureza erudita adquirido por suas famílias exerceu sobre a sua vida escolar.

A segunda é a de que, não sendo herdeiros de um patrimônio cultural familiar favorável à sua escolarização, o êxito escolar de 62.5% dos alunos das classes médias e da totalidade dos alunos das classes populares provavelmente reside nos projetos de escolarização elaborados e nas estratégias escolares utilizadas por seus grupos familiares.⁶

Os projetos de escolarização das famílias

A avaliação dos projetos de escolarização que as famílias elaboram para seus filhos passa por duas mediações: as expectativas de escolaridade e os comportamentos dos pais no decorrer do itinerário escolar das crianças.

Como esses elementos atuam de forma intercalada na vida escolar dos indivíduos, é fundamental esclarecer que enfocá-los aqui particularizadamente deve-se apenas à tentativa de se apresen-

⁶ É utilizada, aqui, a noção de estratégia com o sentido que lhe atribui Pierre Bourdieu (1990): ações particularizadas, dotadas de um certo direcionamento e de uma espécie de finalidade e condizentes com o contexto a que se aplicam, mas sem ser o resultado de uma elaboração consciente, destinada a um objetivo último, previamente planejado e determinado por seus agentes. Dentre as estratégias escolares, Maria Alice Nogueira (1991:90) aponta aquelas "cujo impacto sobre a vida escolar parece ter maior importância: o investimento escolar, a transmissão doméstica e precoce do capital cultural, o recurso à escola particular, as atividades para-escolares."

tar com maior clareza os comportamentos das famílias dos alunos face à sua escolarização.

As expectativas de escolaridade

Remetendo-se às expectativas da sociedade brasileira atual em relação à escola, SINGER (1986) revela que todas as opiniões comungam na idéia de que é pela via escolar que se consegue atingir os níveis mais elevados da hierarquia social.

Os projetos de escolarização elaborados pelas famílias dos alunos entrevistados tendem a corroborar com essa relação da nossa sociedade com a escola: a totalidade dos pais dos alunos das classes médias e a quase totalidade dos pais dos alunos das classes populares manifestavam aos filhos o seu desejo de que eles realizassem o curso superior para, através da obtenção de um diploma universitário, conseguir empregos valorizados ou ascender socialmente. Apenas dois pais de alunos das classes populares não demarcaram um nível escolar específico a ser atingido pelos filhos, embora incentivassem o prolongamento da sua escolarização. Nesses dois últimos casos, é possível que a ausência de um projeto de escolarização prolongada até a Universidade para o filhos tenha decorrido das limitações que a insegurança provocada pelas condições materiais de existência impõe às famílias socialmente menos favorecidas, quanto à elaboração de projetos de longo prazo.

Além de corroborar com a significação de que se reveste a escola na nossa sociedade atual, levantada por SINGER, os indicadores referentes à extensão e finalidade da escolaridade projetada para os alunos por seus pais tendem a confirmar determinadas conclusões a que têm chegado algumas pesquisas recentes sobre as relações que as classes médias e as classes populares mantêm com a escola.

Uma significativa abordagem dessas conclusões pode ser encontrada em NOGUEIRA (1991). Sua análise revela que as famílias das classes médias tendem a utilizar a escola como o canal privilegiado

de materialização das suas aspirações de manutenção ou ascensão social, e que as famílias das classes populares aceitam a escola como "a fonte legítima da aquisição do conhecimento e nela deposita(m) suas expectativas de promoção social." (p.90)

Ao que tudo indica, no centro dos projetos de escolarização das famílias dos alunos, a escola aparece como depositária das suas ambições de ascensão social.

As estratégias escolares

A maioria dos pais dos alunos das classes médias recorreu ao ensino privado para proporcionar aos filhos maiores chances de êxito escolar. A decisão pela escola particular, detectada entre as famílias de cinco alunos, baseou-se na crença, bastante difundida atualmente na nossa sociedade, de que é essa escola a que oferece o ensino de melhor qualidade. Já as três famílias que mantiveram os filhos em estabelecimentos públicos durante toda a trajetória escolar fundamentaram sua escolha nos seguintes critérios: a proximidade da escola à residência familiar, as condições disciplinares, de higiene e de segurança da escola, e a qualidade do ensino oferecido.

As relações das famílias desses alunos com escola eram bastante significativas. Regularmente, esses pais freqüentavam as reuniões de pais e mestres e conversavam com os professores com a finalidade de acompanhar de perto a situação dos filhos, inteirando-se do seu comportamento e desempenho escolar. Fogem à essa regra apenas os pais de dois alunos que compareciam à escola excepcionalmente para tratar de questões disciplinares ou burocráticas.

Em casa, o envolvimento dessas famílias com a escolaridade materializava-se basicamente no controle das notas registradas nos boletins, na vigilância e no auxílio direto na execução das tarefas escolares. Em sua totalidade, os pais verificavam sistematicamente suas notas e a maior parte deles realizou seus trabalhos escolares com a ajuda da mãe até concluir o 1º grau. Apenas três alunos não con-

taram com o auxílio materno na realização dos trabalhos escolares, embora fossem estimulados a estudar e a prolongar sua escolaridade. Além disso, quatro alunos contaram com o apoio pedagógico de professores particulares, contratados pelos pais com o intuito de reforçar sua aprendizagem e evitar possíveis reprovações.

No tocante à admissibilidade do ingresso dos filhos no mercado de trabalho durante a escolaridade média, a regra para as famílias desses alunos foi a de permitir que conciliassem a atividade escolar com a profissional, mas sob a condição de que a segunda não limitasse o bom desempenho da primeira. Os pais de cinco alunos não se opunham a que seus filhos trabalhassem e, para os pais de três alunos, o trabalho e o estudo são incompatíveis até a conclusão do 2º grau. Nesse último caso, os pais mantiveram os filhos fora do mercado de trabalho, proporcionando-lhes dedicação integral aos estudos, até concluírem o secundário.

Diante das dificuldades materiais de arcar com os custos do ensino privado, a quase totalidade dos pais dos alunos das classes populares recorreu à escola pública para garantir a escolaridade dos filhos. Apenas os pais de duas alunas optaram por estabelecimentos particulares.

A regularidade da frequência desses pais às reuniões escolares e a intensidade dos seus contatos com os professores revelaram uma expressiva relação com a escola. Sistemáticamente, eles compareciam às reuniões de pais e mestres e solicitavam dos professores informações sobre o rendimento escolar e o comportamento dos filhos. Apenas os pais de dois alunos mantiveram-se afastados da escola, a qual freqüentavam eventualmente.

Em casa, a ação direta dessas famílias no processo de escolarização dos filhos é pouco significativa. Esses pais, pouco controlavam a situação escolar dos filhos através da observância dos seus boletins escolares e não costumavam vigiar ou interferir na realização dos deveres escolares. Apenas três alunos foram auxiliados na execução das tarefas escolares por suas mães, sendo que, em dois

casos, essa prática manteve-se apenas no decorrer as séries iniciais do 1º grau (1ª à 4ª série). No outro, o aluno foi auxiliado diretamente por sua mãe na realização dos deveres escolares até a conclusão do 2º segmento do 1º grau (8ª série).

Predominantemente, esses pais mantiveram os filhos fora do mercado de trabalho, assumindo inteiramente a satisfação das suas necessidades materiais, até o final do secundário. Dessa forma, a maior parte destes alunos dedicou-se inteiramente aos estudos ao longo de todo o percurso escolar de nível médio (60%).

A análise das condutas escolares das famílias dos alunos entrevistados autoriza a afirmar que a materialização dos projetos de escolarização prolongada da maioria dos pais dos alunos das classes médias fez-se basicamente graças a um significativo acompanhamento familiar da escolaridade dos filhos, marcado por ações interventivas no processo educativo, e que os pais dos alunos das classes populares empenharam-se pela escolaridade dos filhos, mas de modo não interferente, e investiram no prolongamento da sua escolarização, principalmente proporcionando-lhes dedicação integral aos estudos.

As trajetórias escolares

O primeiro segmento do primeiro grau

Independentemente da origem social do aluno, os percursos das séries iniciais do 1º grau são marcados pela regularidade. A totalidade dos alunos entrevistados não repetiu qualquer série escolar ou deixou de freqüentar a escola, nessa fase da escolaridade.

No que concerne ao tipo de escola freqüentada, os alunos das classes médias dividem-se com uma certa proporcionalidade, em termos numéricos, entre a freqüência integral à escola pública e a freqüência integral à escola particular. Excluído um caso de mudança da escola particular para a pública, os demais alunos distribuem-se entre um e outro tipo de

escola na seguinte ordem: quatro alunos freqüentaram a escola particular e três alunos, a escola pública.

Já nas classes populares, predomina a freqüência integral à escola pública. Dentre os alunos originários dessas classes sociais, sete alunos cursaram as séries iniciais do 1º grau em escolas públicas estaduais e municipais e três alunos fizeram tal percurso em escolas particulares.

A realização dessa fase da escolaridade em um mesmo estabelecimento de ensino, como dimensão da regularidade escolar do aluno, predomina em ambas as classes sociais. Apenas um aluno das classes médias e dois alunos das classes populares iniciaram os estudos de 1ª à 4ª série em uma escola e os concluíram em outra.

Para cada um dos casos de mudança de estabelecimento citados, foram dadas as seguintes justificativas: a transferência de uma escola particular para uma escola pública do aluno das classes médias decorreu de uma queda das condições financeiras da família e da sua conseqüente impossibilidade de arcar com os custos do ensino privado; e a passagem de uma para outra escola pública dos dois alunos das classes populares foi provocada, em um caso, pela mudança de cidade pela família, o que tornou obrigatória a transferência escolar do aluno, e, em outro, pelo não oferecimento de continuidade dos estudos além da 2ª série pela escola inicial.

Assim, a julgar pelos indicadores acima, pode-se considerar as séries iniciais do 1º grau como uma etapa bem sucedida da trajetória escolar dos alunos.

O segundo segmento do primeiro grau

Uma parcela significativa dos alunos, na qual se contam seis alunos das classes médias e cinco alunos das classes populares, viveu tal etapa escolar no mesmo estabelecimento de ensino freqüentado nas séries iniciais. Isso significa que, nesse período, esses alunos foram atendidos por uma escolarização contínua e estável.

Em relação à mudança de estabelecimento, os dois casos identificados nas classes médias apresentavam as seguintes características: um aluno conseguiu transferência de uma escola pública municipal para uma escola pública federal militar, ao ser aprovado no concurso de admissão à 5ª série do 1º grau realizado pela última; e, outro aluno transferiu-se de uma escola pública para uma escola particular entre a 7ª e a 8ª série.

De acordo com os relatos dos alunos, em ambos os casos, a justificativa para a mudança de escola foi a tentativa dos pais de oferecer um ensino de melhor qualidade aos filhos.

Nas classes populares, dentre os quatro casos de mudança de estabelecimento, nessa fase da escolaridade, três ocorreram entre a 4ª e a 5ª série, isto é, na passagem do primeiro para o segundo segmento do 1º grau, e um ocorreu em uma das suas séries intermediárias (7ª série).

Nesses casos, a transferência escolar dos alunos foi determinada pelos seguintes fatores: a possibilidade de freqüentar uma escola mais próxima à residência beneficiou dois alunos; o término de uma bolsa de estudos, que havia garantido a realização das séries iniciais do 1º grau em uma escola particular, e a impossibilidade familiar de arcar com os custos do ensino privado condicionou a transferência de uma aluna para a escola pública; e a mudança de cidade levou obrigatoriamente uma aluna a mudar de escola.

Nas classes médias, apenas três alunos repetiram ano letivo nessa etapa da escolaridade, e, de acordo com os relatos, as reprovações sofridas decorreram basicamente da indisciplina no cumprimento dos deveres escolares.

Nas classes populares, os dois casos de repetência citados resultaram, segundo cada um dos alunos, dos seguintes fatores: faltas às aulas de uma certa disciplina, provocadas pela não afinidade com o seu conteúdo programático e dificuldades pessoais de ficar atento às quatro horas/aula seguidas de um determinado professor, dado o desânimo provocado pelo calor sofrido em sala de aula naquele horário específico.

Assim, como na fase da escolarização precedente, isto é, da 1ª à 4ª série, nesse percurso escolar dos alunos também não se registrou qualquer caso de interrupção da freqüência aos bancos escolares.

Pelo exposto, observa-se que, da forma como ocorreu com as séries iniciais do 1º grau, essa etapa da escolarização dos alunos também foi bem sucedida.

O segundo grau

Para ambas as classes sociais, a regra, na transição para o 2º grau, foi a mudança de estabelecimento de ensino. Transferiram-se de escola, seis alunos das classes médias e cinco alunos das classes populares.

De acordo com os relatos dos alunos das classes médias, os motivos que condicionaram a sua transferência foram os seguintes: realizar o curso de 2º grau em uma escola que apresentasse bons índices de aprovação no vestibular; permanecer na escola particular, considerada pela família como aquela que oferece melhor qualidade de ensino, através da mudança para uma escola menos onerosa ao orçamento doméstico; realizar um curso técnico profissionalizante de nível médio; dar continuidade aos estudos, o que implicou mudar de estabelecimento, em dois casos porque o anterior não oferecia o 2º grau do ensino, em um caso, devido à mudança de cidade.

Os alunos das classes populares que se transferiram de escola apresentaram as seguintes justificativas: freqüentar uma escola mais próxima à residência; estudar em uma determinada escola pública municipal, que, além de oferecer o curso de formação geral desejado, sofria menos interrupções dos anos letivos por motivos de greve do que as escolas públicas estaduais; mudar de uma escola pública para uma escola particular, considerada pela família como aquela que oferece melhor qualidade de ensino, em dois casos; realizar um curso técnico profissionalizante de nível médio; e dar continuidade aos estudos, uma vez que a escola anterior não oferecia o 2º grau do ensino.

De acordo com os relatos, a totalidade dos alunos de ambas as classes sociais que sofreu transferência de escola na transição para o 2º grau conviveu com o desejo declarado dos pais de que sua escolaridade se prolongasse até a Universidade, para que conquistassem uma situação profissional melhor e ascendessem socialmente.

À luz dessa tendência familiar, a busca por escolas que oferecem melhor qualidade de ensino ou índices mais elevados de aprovação no vestibular, a troca de escolas sem sair do circuito do ensino privado, via adaptações dos custos educacionais ao orçamento familiar, a tentativa de driblar certas deficiências do ensino público, ou mesmo a mera transferência de estabelecimento com vistas a prolongar a escolaridade podem representar práticas de concretização das expectativas familiares de que os alunos atingissem o curso superior e viessem a exercer uma atividade remunerada socialmente valorizada.

Considerando ainda que os alunos que não sofreram mudança de escola predominantemente realizaram cursos de formação geral, e que, da mesma forma que os demais, vivenciaram manifestações familiares favoráveis ao prolongamento da sua escolaridade, talvez não seja prematuro supor que, para a quase totalidade dos alunos, esse grau do ensino representou mais uma etapa escolar pré-universitária, do que um objetivo conclusivo da sua escolaridade.

Paralelo ao curso de 2º grau, sete alunos das classes médias e nove alunos das classes populares realizaram cursos extra-escolares complementares, dentre os quais destacam-se os cursos de informática e de língua inglesa.

Nas classes médias, em dois casos por influência do pai e nos demais por iniciativa própria, distingue-se a seguinte ordem de cursos por aluno: inglês; informática; datilografia e informática; datilografia; informática e inglês; datilografia e inglês; e, informática e inglês.

Nas classes populares, em cinco casos por iniciativa dos pais e nos demais por iniciativa própria, distingue-se a seguinte ordem de cursos por aluno:

informática; informática; auxiliar de escritório e inglês; informática e datilografia; informática e espanhol; auxiliar de contabilidade, informática e datilografia; inglês e informática; auxiliar de escritório, secretariado, datilografia e espanhol; e, informática e inglês.

Nessa etapa da vida escolar dos alunos a regra foi a regularidade. Nenhum dos alunos de ambas as classes sociais repetiu qualquer ano letivo e, em sua quase totalidade, não interrompeu a carreira escolar.

Em relação à interrupção escolar, de acordo com os relatos, os dois casos levantados apresentam as seguintes características: uma aluna das classes médias interrompeu seus estudos para acompanhar o marido que havia sido transferido de cidade por força da atividade profissional que exercia. Alguns anos mais tarde, essa aluna retornou ao seu local de residência anterior e reiniciou seus estudos, matriculando-se numa escola pública para concluir o secundário e ingressar em um curso superior; e, um aluno das classes populares interrompeu seus estudos por força da necessidade de trabalhar para auxiliar financeiramente sua família e da dificuldade de arcar com os custos de alimentação e transporte, uma vez que a escola freqüentada situava-se em um local distante ao de sua residência. Entretanto, o seu objetivo de realizar um curso superior motivou-o a se inscrever em um curso supletivo para concluir esse grau do ensino e obter o credenciamento escolar necessário para o ingresso no terceiro grau.

O ingresso no curso superior

A opção pela Universidade Pública, a realização de mais de um concurso anual de admissão e o direcionamento a uma instituição ou carreira diversa daquela inicialmente pretendida, são as características mais marcantes da passagem dos alunos entrevistados de ambas as classes sociais ao ensino superior.

A escolha da instituição recaiu quase que exclusivamente sobre a Universidade Pública. Em sua quase totalidade, os alunos prestaram vestibular apenas para a

Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Apenas um aluno das classes médias e uma aluna das classes populares realizaram concursos para instituições particulares.

A análise dos depoimentos sobre a escolha da carreira e da instituição revelou três grupos distintos de alunos:

O primeiro aglutina quatro alunos das classes médias e cinco alunos das classes populares que elegeram o curso de História como a sua única opção de carreira. Segundo eles, o motivo que os levou a essa exclusividade foi o gosto pelo estudo da disciplina, adquirido nos bancos escolares de 1^a e 2^a graus.

Quanto à escolha da instituição, esse grupo apresenta três tendências: um aluno das classes médias e dois alunos das classes populares encaminharam-se exclusivamente para a Faculdade de Formação de Professores da UERJ, um aluno das classes médias e um aluno das classes populares optaram pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ diante da possibilidade de escolha entre essa instituição, a Faculdade Nuno Lisboa e a Universidade Federal Fluminense, respectivamente, nas quais também se inscreveram e foram aprovados, e dois alunos das classes médias e dois alunos das classes populares tiveram na Faculdade de Formação de Professores da UERJ uma possibilidade imediata de ingresso no curso desejado, diante das reprovações sofridas na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, para as quais também concorreram.

O segundo grupo reúne um aluno das classes médias e cinco alunos das classes populares que só optaram pelo curso de História, após passar por algumas tentativas frustradas de ingresso nos cursos de Engenharia, no primeiro caso, e de Direito e de Jornalismo, nos demais casos, das Universidades Federal Fluminense, Federal do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os seus depoimentos, essa mudança de rumos decorreu da determinação pessoal de dar vazão às suas reais inclinações inte-

lectuais e profissionais, quais sejam, o estudo da História e o magistério. Entretanto, dois alunos das classes populares ainda pretendem concretizar seu desejo inicial de fazer o curso de Jornalismo.

No que concerne à escolha da instituição, esse grupo concentra três tendências: ao eleger a Licenciatura em História, como curso de graduação, quatro alunos das classes populares recorreram exclusivamente à Faculdade de Formação de Professores da UERJ, um aluno das classes populares, além da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, concorreu para a Universidade Federal Fluminense, na qual foi reprovado, e um aluno das classes médias optou pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ diante da possibilidade de escolha entre essa instituição, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para as quais também concorreu e foi aprovado.

É interessante notar que os indicadores do ingresso no curso superior desse segundo grupo revelam uma significativa tendência de exclusão dos alunos das classes populares das Universidades Públicas e dos cursos "nobres" do ensino superior, ou seja, daquelas instituições e carreiras que ocupam as posições mais altas da hierarquia de prestígio acadêmico. A totalidade dos alunos dessas camadas sociais que tentou ingressar nos cursos de Direito e de Jornalismo das Universidades Federal do Rio de Janeiro, Federal Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro não conseguiu concretizar seu objetivo. Nesse particular, vale assinalar que, dentre os quatro alunos das classes médias que se voltaram para o curso de História após concorrer para outras carreiras e instituições, dois alunos (50%) obtiveram sucesso nas suas tentativas de ingressar nos cursos de Administração e de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense.

O terceiro grupo é formado por três alunos das classes médias que se voltaram para o curso de História após abandonar outras carreiras já iniciadas. Esses alunos atribuíram tal decisão a duas descobertas: a de uma não afinidade com o

curso iniciado e a do gosto pelo estudo da História e pelo exercício do magistério.

Em relação à escolha da instituição, dois alunos desse grupo tiveram, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ uma possibilidade imediata de ingresso no curso desejado, diante das reprovações sofridas na Universidade Federal Fluminense, para a qual também concorreram, e um aluno fez concurso exclusivamente para a Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Por fim, é importante registrar que, vistos os resultados da opção de carreira relativos a esses três grupos em conjunto, a quase totalidade dos alunos das classes médias demonstrou uma real inclinação à realização do curso de graduação em História. Desses alunos, 50% elegeram essa carreira com exclusividade e 37.5% abandonaram outros cursos em seu favor.

A licenciatura: horizontes profissionais e sociais

Perspectivas de atuação docente

O desejo de exercer o magistério atinge a quase totalidade da população entrevistada. O conjunto dos alunos das classes médias e 90% dos alunos das classes populares visam ingressar na carreira docente. Apenas uma aluna dessa última classe social declarou estar em dúvida quanto ao destino que pretende dar à sua vida profissional na ocasião em que concluir o curso de Licenciatura.

O quadro das perspectivas de atuação docente desses alunos apresenta a seguinte configuração:

Nas classes médias, 50% dos alunos tencionam lecionar nos 1º e 2º graus, dentre os quais duas alunas pretendem fazer cursos de pós-graduação, a fim de obter uma melhor qualificação profissional, e 50% dos alunos tencionam fazer cursos de pós-graduação e ingressar na carreira do magistério superior.

Nas classes populares, 50% dos alunos tencionam lecionar nos 1º e 2º graus, dentre os quais três alunos pretendem fazer cursos de pós-graduação, a fim de ob-

ter uma melhor qualificação profissional e conseguir empregos financeiramente mais compensadores na esfera do nível médio do ensino, e 40% dos alunos tencionam fazer cursos de pós-graduação e ingressar na carreira do magistério superior.

Como se pode ver, os projetos ocupacionais dos alunos apontam em duas direções: o exercício docente de nível médio e o exercício docente de nível superior.

Essas tendências tornam necessário lembrar que o magistério não constitui uma categoria profissional homogênea. Distinções importantes, em nível dos vencimentos, das condições de trabalho e do prestígio social a dividem em diferentes grupos.

ENGUITA (1991), remetendo-se ao magistério espanhol atual, ressalta essas distinções. Segundo afirma, essa categoria divide-se, basicamente, em três grupos:

Primeiro:
professores primários

Os salários desses docentes são os mais baixos da categoria. É esse grupo também o que se submete à jornada de trabalho mais extensa e sobre ele recai o controle externo mais intensivo da prática docente. Em média, esses professores trabalham sete horas letivas a mais que os professores do ensino médio e dezessete horas letivas a mais que os professores universitários e sua atuação pedagógica é significativamente limitada pelas autoridades escolares

Pouco valorizados e vítimas de uma visão social depreciativa, esses professores vêem-se como classe média baixa.

Segundo:
professores do ensino médio

A remuneração desse grupo ocupa uma posição intermediária, situando-se entre a dos professores primários e a dos professores universitários. Seus salários tendem a superar em quase 40% os de um professor primário e chegam a representar menos da metade do salário de um professor universitário.

No tocante às condições de trabalho, esse grupo aproxima-se dos professores primários na intensidade com que está submetido ao controle externo da sua atuação docente, mas se afasta deles na questão da jornada de trabalho. Enquanto a carga horária de trabalho de um professor primário é de vinte e cinco horas letivas semanais, a de um professor do ensino médio é de dezoito horas.

Quanto à posição social desse grupo, as pesquisas de classificação social por tipo de atividade tendem a situá-los no nível intermediário da hierarquia social, junto aos "técnicos e empregados médios".

Terceiro:
professores universitários

Os rendimentos desse segmento do professorado são os mais altos da categoria. Além de receber salários consideravelmente mais elevados do que os professores dos níveis primário e médio, esse grupo tem a possibilidade de aumentar sensivelmente sua renda através da participação em congressos, seminários e conferências, e da obtenção de financiamentos para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

As condições de trabalho desses professores também são as mais favoráveis. Sua jornada de trabalho é de oito horas letivas semanais, o que representa menos de um terço da carga horária dos professores primários e menos da metade da carga horária dos professores de nível médio. Além disso, esses professores têm um calendário escolar anual menor e contam com toda uma série de facilidades para ausentarem-se por um curto período ou obter licenças prolongadas. O exercício da sua docência é marcado por um alto grau de autonomia. É de sua competência a escolha dos conteúdos das suas disciplinas e sua posição frente às autoridades acadêmicas é de total independência.

Prestigiados socialmente, esses professores vêem-se como parte da elite social e nas classificações sociais por tipo de atividade eles ocupam os níveis mais elevados da escala social, situando-se

junto aos "gerentes, diretores e profissionais liberais".

Tendo em vista que essa escala ocupacional corresponde àquela que divide a nossa categoria docente atual, é interessante notar que, se concretizados seus projetos ocupacionais docentes, 50% dos alunos das classes médias e 50% dos alunos das classes populares virão a ocupar os postos intermediários do magistério, o que implica situar-se nos estratos sociais médios, enquanto 50% dos alunos das classes médias e 40% dos alunos das classes populares virão a ocupar os postos mais altos do magistério, o que implica situar-se nos estratos sociais mais elevados.

Valor social da carreira docente

Do ponto de vista da classificação social por tipo de atividade, pela formação de nível superior que a Licenciatura oferece, os alunos das classes médias tendem a situar-se nas frações altas das classes médias, junto aos profissionais liberais e às pessoas que ocupam altos cargos políticos e administrativos. Nesse caso, eles virão a adquirir uma distinção social mais elevada do que a de suas famílias de origem.

Já em função das suas pretensões ocupacionais docentes e da hierarquia interna da profissão, objetivamente, o magistério oferece-lhes duas variantes de inserção de classe.

A primeira representa a possibilidade de os alunos que pretendem ocupar os cargos médios do ensino (Professor de 5ª à 8ª série e de 2º grau) conservarem a condição social média herdada de suas famílias de origem.

A segunda representa a possibilidade de os alunos que pretendem ocupar os cargos superiores do ensino (Professor Universitário) virem a conquistar uma condição social mais elevada que a de suas famílias de origem.

Portanto, para os alunos das classes médias, *ser professor* pode significar, simbolicamente, a aquisição de uma importante distinção social e, objetivamen-

te, a manutenção ou a elevação de suas condições sociais de origem.

Em termos de classificação social por tipo de atividade, pela formação de nível superior que a Licenciatura oferece, os alunos das classes populares tendem, por um lado, a situar-se nas frações altas das classes médias, junto aos profissionais liberais e às pessoas que ocupam altos cargos políticos e administrativos. Nesse caso, eles virão a superar inteiramente a desprestigiada posição social de suas famílias de origem, através da aquisição de um reconhecimento social distintivo de nível elevado.

Por outro, em função das suas pretensões ocupacionais docentes e da hierarquia interna da profissão, a carreira docente oferece a esses alunos uma real possibilidade de ascensão social.

Através do magistério, os alunos que tencionam ocupar os cargos médios do ensino (Professor de 5ª à 8ª série e de 2º grau) virão a se posicionar nas frações intermediárias das classes médias, e os alunos que pretendem ocupar os cargos superiores do ensino (Professor Universitário) realizarão uma verdadeira escalada social, vindo a se situar nas frações mais elevadas das classes médias.

Parece significativo, portanto, que, para os alunos das classes populares, *ser professor* pode significar, simbolicamente, a conquista de uma posição social prestigiada, e, objetivamente, a elevação de suas condições sociais de origem.

Observações finais

De início, cabe lembrar que os resultados aqui apresentados, retirados das análises dos depoimentos coletados nessa pesquisa, aplicam-se aos licenciandos estudados. No entanto, à luz desses resultados, pode-se dialogar com a produção teórica sobre a profissão de docente e levantar questões que merecem ser discutidas.

A literatura tem sido farta em demonstrar que, simultaneamente ao processo de feminização da docência, foi se operando a sua desqualificação, mas também tem revelado que o fenômeno

da proletarização da profissão ainda não se completou.

O que vemos nos estudos de ENGUITA (1991) e de APPLE (1995) sobre o magistério é que a categoria tem lutado pela manutenção da sua posição entre as profissões consideradas "nobres" e que, embora as condições de trabalho docente estejam cada vez mais sendo aviltadas, os professores resistem à proletarização e enfatizam a sua profissionalização.

Além disso, as pesquisas de PAIXÃO (1991) e de PEREIRA (1969), referentes à República Velha e ao início do anos sessenta, respectivamente, mostram que, na origem da feminização da profissão, ela era uma das ocupações possíveis às mulheres das camadas médias da sociedade patriarcal que ingressavam no mercado de trabalho, justamente por deter o prestígio de uma ocupação não-manual. Nesse tipo de sociedade, dadas as poucas alternativas de inserção da mulher no mercado de trabalho, a docência era valorizada socialmente.

Com as mudanças da ordem social ocorridas nas últimas décadas, as perspectivas ocupacionais das mulheres têm-se alargado consideravelmente. No interior desse processo, provavelmente, as mulheres das classes médias mais favorecidas tendem a assumir as profissões liberais, as quais mantêm ainda um elevado prestígio social. Ao mesmo tempo que essas mulheres se afastam do magistério, ele pode estar se tornando uma via de acesso das camadas médias baixas e populares à uma profissão não-manual.

Assim, de profissão prestigiosa possível para as mulheres das camadas médias altas da sociedade patriarcal, o magistério pode estar progressivamente tornando-se a profissão prestigiosa possível para as camadas médias baixas e populares da sociedade urbano industrial avançada.

A análise dos depoimentos sugere que o ingresso dos alunos investigados

no curso superior processou-se à base de um significativo investimento familiar no prolongamento da sua escolaridade até a Universidade para que, por meio da aquisição de um diploma de nível superior, conseguissem ascender socialmente e que, o curso de Licenciatura (em muitos casos procurado após algumas tentativas frustradas de ingresso em outros cursos superiores, notadamente nas classes populares) responde aos seus projetos familiares de promoção social pela escola.

Parece que as condições socioocupacionais da categoria docente precisam ser melhor investigadas.

É possível nos apoiarmos apenas nas questões objetivamente relacionadas ao processo produtivo para identificar o profissional professor e o lugar que ele ocupa na sociedade? Ou será necessário recorrer a critérios novos?

Foi indicado que os alunos investigados ingressaram na Licenciatura movidos por valores, idéias, expectativas e características dos seus meios familiar e social de origem. É verdade que a forma como uma ocupação situa-se na estrutura das relações de produção responde pela posição que ela ocupa no universo do trabalho. Contudo, é verdade também que a formação da identidade socioocupacional do professor ultrapassa o âmbito das suas condições objetivas de trabalho e de remuneração. Dela, com certeza, participam a sua origem social, os seus modelos culturais, o seu universo simbólico e a forma como sua família e ele próprio relacionam-se com a escola e com o trabalho

A categoria docente não é monolítica e homogênea. Portanto, quaisquer que sejam as questões — e são numerosas — que o magistério pode levantar, permanece o fato de que uma consideração se impõe ao seu estudo: a complexidade social e profissional da carreira docente.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. O professor, a organização corporativa e a ação política. In: CATANI, D. C., MIRANDA, H., MENEZES, L. C., FISCHMAN, R. (orgs.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora - as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, nº 10, p.3-15, 1989.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim, 1990.
- ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria e Educação*, nº 4, p.41-61, 1991.
- MODESTO, Nilo Sérgio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro: Timing Publicidade, 1995.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria e Educação*, nº 3, p. 89-112, 1991.
- PAIXÃO, Léa Pinheiro. Mulheres mineiras da República Velha. Profissão: professora primária. *Educação em Revista*, nº 14, p. 12-25, 1991.
- PEREIRA, Luiz. *O magistério primário numa sociedade de classes*. São Paulo: Pioneira., 1969.
- SINGER, Paul. Diploma e estrutura social. In: CATANI, D. C., MIRANDA, H., MENEZES, L. C., FISCHMAN, R. (orgs.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

